

## MIGRAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO NO OESTE PARANAENSE: A IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA RURAL DE DOIS IRMÃOS (1953-1959)

**Dr. Rodrigo Pinto Andrade**  0000-0001-6948-366X

Universidade Federal do Tocantins

**Dr. César de Alencar Aranut de Toledo**  0000-0002-7813-7950

**Me. Francielle Aparecida Garuti de Andrade**  0000-0002-7376-0356

Universidade Estadual de Maringá

**RESUMO:** Este artigo discute a relação entre migração e escolarização no oeste paranaense, para tal, analisa a história da implantação da Escola Rural de Dois Irmãos, uma das primeiras instituições escolares que foi construída e mantida pelo poder público na região. A escola foi fundada em 1953 visando atender aos filhos dos trabalhadores rurais que residiam na localidade. Trata-se de um estudo histórico e documental. Sua realização se deu por meio da análise de documentos que descrevem o processo de migração, colonização e escolarização do oeste do Paraná, bem como a trajetória histórica desta escola. Para a efetivação da pesquisa foram utilizadas as seguintes fontes: Livros-ata de Exames finais; Livro de registros dos primeiros anos de funcionamento da escola; diários de classe; Ata de fundação; Decretos e Leis Municipais; Jornais da época da fundação da instituição; Materiais iconográficos das atividades escolares na década de 1950. Os dados revelados pelas fontes foram analisados à luz da literatura sobre instituições escolares e relacionados às condições sociais do contexto político/econômico em que foram produzidos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Migração/escolarização; Instituições Escolares; Escola Rural de Dois Irmãos.

## MIGRATION AND SCHOOLING IN PARANÁ WEST: THE IMPLEMENTATION OF THE DOIS IRMÃOS RURAL SCHOOL (1953-1959)

**ABSTRACT:** This paper analyzes the relationship between migration and schooling in the west of Paraná, for such, examines the history of the implantation of the Dois Irmãos Rural School, one of the first educational institutions, built and maintained by the government in the region. The school was founded in 1953 aiming at meeting the children of rural workers who lived in that locality. It is a historical and documentary study. This achievement was through the analysis of documents that describe the process of migration, colonization and schooling of the region, as well as the school's historical trajectory. For the realization of the research were used the following sources: Books of Final exams; Book of records of the early years of operation of the school; Class Diaries; Minutes of foundation; Decrees and Municipal Laws; Newspapers of the time of the Foundation of the institution; Iconographic materials of school activities in the 1950s. The data revealed by the sources were analyzed on the light of literature about educational institutions and related to the social conditions of the political-economic context in which they were produced.

**KEYWORDS:** Migrations/schooling; Educational Institutions; Dois Irmãos Rural School.



## 1 INTRODUÇÃO

Este texto analisa a relação entre a migração e escolarização na região oeste do Paraná, no contexto da colonização da região. O processo de institucionalização da educação na esteve diretamente relacionado ao movimento migratório que aconteceu na região, a partir da segunda metade da década de 1940, sob a direção de empresas colonizadoras nacionais, de capital privado. Nesse contexto, as instituições educativas foram gestadas, sempre a partir da realidade do interior dos núcleos de colonização, oferecendo um formato de educação muito peculiar, que aliava economia regional e educação. Entendemos que a criação da Escola Rural de Dois Irmãos exemplifica essa proposta de desenvolvimento da economia regional por meio da expansão da oferta de educação escolar.

No final do século XIX e início do XX, havia baixa densidade demográfica no oeste paranaense. À época, o território era habitado majoritariamente por indígenas e estrangeiros, porém, o processo de migração para a região aconteceu com base no discurso das “terras desocupadas”. Grande parte dos documentos oficiais difunde a ideia de que os territórios do oeste do Paraná, antes da ocupação produtiva de suas terras, estavam totalmente desocupados e que havia um “vazio demográfico”. Construiu-se a imagem de um território totalmente despovoado, que deveria ser ocupado pela colonização pioneira.

Os primeiros migrantes chegaram à região no final da década de 1940 e início de 1950, em sua maioria, esse grupo era oriundo de outros estados da região Sul, que vinham para o oeste paranaense em busca de oportunidade de trabalhar na terra; para isso, compravam pequenos lotes rurais para desenvolver a agricultura familiar de subsistência. Os núcleos urbanos eram criados e, ao redor deles, os povoados, localidades com algumas famílias que desenvolviam atividades agrícolas. Nesses locais, o poder público, a iniciativa privada e as igrejas, se uniram para construir escolas para atender aos filhos dos colonos que se estabeleciam na



região. Foi nesse contexto que a Escola Rural de Dois Irmãos foi criada (TOLEDO, 1957).

A escola foi implantada ano de 1953, no distrito de Dois Irmãos, localidade da área rural do município de Toledo, fundada pela Prefeitura Municipal de Toledo no contexto da ampliação da oferta escolar para as localidades rurais do oeste paranaense e do desenvolvimento econômico da região. A área rural onde a escola foi construída era, à época, densamente povoada, pois estava recebendo grandes fluxos migratórios.

As atividades escolares tiveram início com um total de onze alunos sob a regência do professor Armindo José Michels, que lecionou na escola durante um período de seis anos. As aulas começaram no dia 14 de março de 1953 com a oferta do 1º, 2º e 3º anos do ensino primário, no formato multisseriado. Segundo consta das atas de Exames Finais, de 1953 a 1959, a instituição funcionou com o nome de Escola Rural de Dois Irmãos, depois, passou a se chamar Escola Rural Municipal Princesa Isabel e passou a ofertar o Ensino Primário até o 5º ano e esteve sob a supervisão da Secretaria Municipal de Toledo (ESCOLA RURAL DE DOIS IRMÃOS, 1953).

Atualmente a instituição ainda mantém suas atividades no distrito de Dois Irmãos e oferece a modalidade de Ensino Fundamental, séries iniciais, com atendimento no período matutino, para um número de 36 alunos (TOLEDO, 2011). No ano de 2013 a escola comemorou seu 60º aniversário de fundação. A população local considera a instituição como um “patrimônio da comunidade”, que exerceu um importante papel no processo de escolarização da região e na construção de uma cultura letrada.

Na elaboração do trabalho, foi buscada a literatura sobre instituições escolares e sobre a história da educação brasileira, que serviu como base teórica para historiar o processo de implantação da Escola Rural de Dois Irmãos. A investigação foi realizada mediante a análise de documentos que descrevem o



processo de criação, funcionamento e trajetória da escola em seus primeiros anos de atividades. Para a efetivação da pesquisa foram utilizadas fontes como: Livros-ata de Exames finais; Livro de registros dos primeiros anos de funcionamento da escola; Diários de classe; Ata de fundação da escola; Decretos e Leis Municipais; Jornais da Época da fundação da instituição; Fotos dos alunos da primeira turma da escola, do prédio e das atividades escolares na década de 1950. As fontes estão disponíveis nas seguintes localidades: acervo da Escola Rural Municipal Princesa Isabel; Museu Histórico Willy Barth e na Secretaria Municipal de Educação de Toledo, PR.

## 2 PESQUISA HISTÓRICA, FONTES E INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS

A investigação do passado implica necessariamente a consulta às fontes que servem de base para a análise do período que se pretende estudar. A maior parte dos objetos de pesquisa na área da História da Educação pressupõe a utilização de documentos que fundamentem e embasem a pesquisa, que demonstrem a dinâmica das relações sociais. Ao se lançar na área da pesquisa histórica, o investigador se depara com a tarefa de levantar, catalogar e analisar os documentos históricos, isso significa que o historiador da educação tem a tarefa de constituir seu conjunto de fontes. O trabalho principal do pesquisador na área da História da Educação é buscar, mediante o trato dos documentos, uma aproximação do real que lhe possibilite encontrar respostas às suas questões de pesquisa. Ao se voltar às fontes o investigador discute o sentido do passado contido nelas. Esse sentido nem sempre está explícito e apresentado de maneira direta, por isso, a análise das fontes é para o historiador uma tarefa de cunho estritamente epistemológico e metodológico. As fontes só falam utilmente na medida em que o pesquisador as inquirir. São as perguntas adequadas que



desvelam as informações históricas e educativas que as fontes contêm (BACELLAR, 2010; MIGUEL, 2007; CARDOSO, 1997).

As fontes devem ser analisadas à luz do contexto geral, ou seja, dos interesses conflitantes da sociedade que os produziu. Assim, deve ser cuidado do pesquisador não avaliar o particular, o pontual, sem antes adquirir uma compreensão mais abrangente da realidade. É preciso teorizar a fonte, isso implica ultrapassar a barreira simbólica que ela constitui para a compreensão do pesquisador. Teorizar é “findar com a ilusão positivista segundo a qual a simples referência é suficiente para garantir a veracidade dos fatos” (NUNES, 2005, p. 72). Isso significa afirmar que todo documento é portador de um discurso ideológico, e não possui neutralidade nem traz em si uma verdade.

As pesquisas sobre a história das instituições educacionais, possuem caráter histórico-documental, que contempla, portanto, o levantamento e a análise das fontes. As fontes que devem ser priorizadas são: documentos oficiais da implantação da escola; história dos professores; trajetória de ex-alunos; legislação educacional da época; jornais da época; fotografias, entre outras (BUFFA, 2007; MIGUEL, 2007).

A análise da trajetória histórica das instituições escolares é um meio pelo qual se pode entender um determinado contexto e um período histórico, pois a escola é organizada para responder às necessidades da sociedade (SANFELICE, 2007).

No Brasil, a análise da história das instituições escolares no Brasil, tem se firmado como uma Linha de Pesquisa no âmbito da História da Educação e constituído cada vez mais, num campo de investigação promissor. Um dos elementos motivadores para as investigações sobre essa área temática é a possibilidade de se escrever a História da Educação brasileira e regional sob um prisma diferente daquele que dá espaço apenas às narrativas emanadas de documentos oficiais. Essa linha de investigação tem se consolidado como uma



proposta de pesquisa que visa à valorização das peculiaridades regionais, sem desconsiderar as dimensões nacionais; entende-se que ao analisar as características de uma determinada instituição, espacial e geograficamente determinada, nasce a possibilidade de conhecer o contexto histórico-político e social que a criou (NOSELLA; BUFFA, 2009; SANFELICE, 2007).

Cada instituição, escolar ou não, faz parte do todo social, de uma rede de complexos, de múltiplas determinações que forma um sistema societário integral e em constante transformação, sendo produzida pelo movimento histórico formado com base na luta entre elementos societários contraditórios; todavia, ela possui elementos internos que a difere de outras instituições, fazendo-a única e, que são revelados através da singularidade (FERREIRA JUNIOR; BITTAR, 2008; LOMBARDI, 2011).

Nesta perspectiva, analisar a história de uma instituição educativa, possibilita ao pesquisador, e a própria comunidade escolar, entender os enlaces que cercaram ou cercam tal instituição para desvendar, desta forma, seus papéis na sociedade.

### **3 MIGRAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ (1940 - 1950)**

A migração para o oeste paranaense fez parte do fluxo migratório que aconteceu no Brasil no contexto do projeto de nacionalização das fronteiras, no período do Estado Novo (1937-1945). Na primeira metade do século XX, a fronteira do oeste paranaense era uma região pouco desenvolvida se comparada ao restante do país. Devido à prática de concessão de terras, feita pelo governo estadual desde a segunda metade do século XIX, beneficiando grupos empresariais ligados ao governo, e as constantes renovações destas, a integração nacional da região foi duramente prejudicada.



Nesse período, a economia da região do estava alicerçada na exploração das riquezas naturais, especialmente da erva mate e da madeira. Tanto os proprietários como os trabalhadores das terras eram, em sua maioria, estrangeiros. Tratava-se da extração e do comércio de produtos de origem agrícola em grandes propriedades, denominadas de *obrages*<sup>1</sup>. Esse tipo de exploração teve início no oeste do Paraná no final do século XIX e se intensificou nas primeiras décadas do século XX. A erva-mate era um produto consumido em larga escala em toda América Latina e tinha a Argentina como seu maior fornecedor. Depois de esgotar a extração no país, os *obrageros*<sup>2</sup>, passaram a ocupar as terras do oeste paranaense para extrair e comercializar o produto na Argentina e nos demais países sul-americanos (GRONDIN, 2007; WACHOWICZ, 1982).

Devido às consecutivas renovações de suas concessões, as *obrages* acabaram determinando a estrutura produtiva da região oeste do Paraná por um período superior a cinquenta anos. No período, a educação escolar na região sofria com o pouco investimento do Poder Público, tinha apenas duas escolas no núcleo pioneiro, onde atualmente é o município de Foz do Iguaçu, criadas em 1917, conforme consta da Lei Municipal n.º 024, de 07 de março de 1917 (FOZ DO IGUAÇU, 1917).

A partir do programa federal Marcha para o Oeste, criado pelo Governo Vargas no fim dos anos de 1930, o oeste do Paraná passou por mudanças

---

<sup>1</sup>As *obrages* nada mais foram do que imensos domínios rurais que se estabeleceram, primeiro no norte argentino e, posteriormente, no oeste do Paraná e na parte sul do Estado do Mato Grosso para a exploração da erva-mate e da madeira, empregando, geralmente, mão-de-obra paraguaia, denominada “*mensus*”, em sistema de quase escravidão (GRONDIN, 2007, p. 41). *Obrage*: no Oeste do Paraná, surgiram, no fim do século passado e no início do século XX, gigantescas concessões por parte do governo paranaense para a exploração de erva-mate. Por extensão da terminologia adotada em território argentino, as mesmas propriedades ou concessões foram denominadas de *obrages*. Significa originalmente o local onde se trabalha manualmente (WACHOWICZ, 1982, p. 182).

<sup>2</sup>*Obragero*: termo em espanhol utilizado para designar o proprietário ou dono da concessão denominada de *obrage* (WACHOWICZ, 1982, p. 182).



estruturais. O projeto de “nacionalização” e ocupação da região se intensificou durante a década de 1940. Nesse período, devido à aceleração da industrialização nos grandes centros urbanos do Brasil, especialmente na região Sudeste e a expansão do agronegócio, sobretudo, no Sul, o país passou por um rápido crescimento populacional que acabou resultando no aumento do contingente de trabalhadores disponíveis nos centros urbanos, gerando assim, um proletariado marginal urbano. Nas regiões coloniais, especialmente no Rio Grande do Sul, constituídas por imigrantes e descendentes de imigrantes europeus, o rápido desenvolvimento do agronegócio gerou para esses colonos, pequenos produtores rurais, a desapropriação da terra e, conseqüentemente, a concentração das propriedades rurais nas mãos dos grandes fazendeiros. Nessa conjuntura de esgotamento de suas condições de reprodução como colonos e sem organização social que viabilizasse uma reforma agrária, muitos foram impulsionados a migrar, formando frentes de expansão das fronteiras agrícolas (WACHOWICZ, 2001; GREGORY, 2005; PADIS, 1981).

Com incentivo do governo federal e sob os auspícios do nacionalismo, durante a década de 1940, especialmente a partir da segunda metade da década, a região da tríplice fronteira passou a receber grande contingente de migrantes, oriundos, especialmente dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Impelidos a migrar pelas novas condições sociais determinadas pelo estágio de desenvolvimento das forças produtivas, esses colonos provenientes das antigas colônias de imigrantes italianos e alemães, radicaram-se no oeste do Paraná e constituíram novos núcleos populacionais (GREGORY, 2005; WACHOWICZ, 1982).

O processo migratório foi direcionado e organizado por empresas privadas, que financiaram o projeto e se empenharam para construir uma infraestrutura básica que visava, além de incentivar a permanência dos primeiros migrantes na localidade, atrair novos compradores para a região e, em última análise, aumentar



seus lucros com o empreendimento. A localidade onde atualmente é o município de Toledo foi colonizada pela Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A, MARIPA, empresa privada fundada em 13 de abril de 1946 (NIEDERAUER, 2004).

As várias fases de ocupação pelas quais a região passou, sempre estiveram alinhadas ao cenário nacional e internacional de desenvolvimento das forças produtivas e atendendo aos interesses de determinados grupos sociais. A educação escolar, por sua vez, não esteve desarticulada dessa conjuntura sócio-política e econômica.

O processo escolarização da região esteve intrinsecamente relacionado ao movimento migratório. Primeiramente foi criado um modelo educacional denominado de “instrução sem instituição”, ou seja, havia iniciativas particulares de escolarização, mas, não existia nenhuma escola ou Casa Escolar na região. Esse modelo de escolarização particular era realizado por uma pessoa do grupo social que apresentasse condições mínimas de ensinar algumas crianças a ler, escrever e calcular, os objetivos dessa educação eram traçados pelos pais (EMER, 2004).

Outra forma de educação escolar na região foi a Casa Escolar Particular. Essa modalidade de ensino se caracterizou, como uma escola construída e mantida por um grupo de pioneiros; não era oficial, porém, funcionava tecnicamente bem e o professor deveria ter melhor qualificação em relação ao primeiro modelo. A Casa Escolar Pública foi um modelo de educação escolar que se firmou principalmente nos núcleos urbanos. Eram escolas oficializadas; o Poder Público viabilizava suas edificações e remunerava os professores. Os alunos eram submetidos a exames públicos para que confirmassem a escolarização realizada no nível do ensino primário, e também recebiam um certificado que “comprovava” o conhecimento e dava possibilidades de conquista de espaço social. Esse modelo, de algum modo, constituía-se como um meio de divisão social do trabalho, o que



implica dizer que a organização da escola passou a reproduzir a organização da sociedade no oeste paranaense (EMER, 1991).

A partir das décadas de 1950/1960 houve um significativo avanço no processo de escolarização e na construção de escolas na região. A Escola Rural de Dois Irmãos foi criada nesse contexto de aumento da demanda por educação escolar.

## 4 A EDUCAÇÃO RURAL NO BRASIL E NO OESTE PARANAENSE

A Escola Rural ganhou destaque no Brasil a partir da década de 1930 com a emergência de ideais ligadas a corrente de pensamento denominada de ruralismo pedagógico, cujos pressupostos centrais residiam na implantação de uma escola rural que considerasse as peculiaridades de cada região e deveria propiciar uma formação para o trabalho na terra, pois dela resultaria a subsistência para o homem do campo. O ruralismo constituiu-se num pensamento que privilegiava o papel da escola na construção de um homem novo, adaptado à nova realidade brasileira e de uma relação homem rural/escola pretensamente nova (THERRIEN, 1988; PRADO, 1995).

O ideário do ruralismo pedagógico estava associado a uma ideia de que o valor da escola rural estava para além da ação educativa, ou seja, tinha a finalidade de realizar um trabalho cívico, patriótico e com fins econômicos (PRADO, 1995).

Na década de 1950, destacam-se a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) e o Serviço Social Rural (SSR), que desenvolveram projetos que visavam preparar professores com habilidades técnicas para educação rural e programas nas áreas de saúde, economia doméstica, artesanato e trabalho. Tanto a CNER como a SSR estavam a serviço de uma ideologia que propunha a modernização do campo por meio de ações assistencialistas. Tais programas criados para educação

---



rural receberam forte influência de modelos educacionais dos Estados Unidos da América que tinham a intenção de integrar o camponês ao mercado de consumo. A origem da vertente estava no pensamento empresarial que previa o assistencialismo e o controle político sobre a terra e sobre as pessoas que viviam e dependiam dela (DAMASCENO; BESERRA, 2004).

O ruralismo pedagógico que vigorou em muitas regiões do país nesse período, procurava oferecer respostas às tensões sociais que resultavam do êxodo rural e do inchaço das cidades, que por sua vez, não estavam preparadas para absorver a mão de obra disponível. A educação foi utilizada como subsidiária de uma ideologia, qual seja: fixar o homem no campo, por meio da adaptação de programas e currículos ao meio rural que reforçavam os valores camponeses (LEITE, 1999).

No período da migração para o oeste do Paraná, a região era habitada principalmente por pessoas que viviam na área rural. O migrante que estabelecia buscava oportunidade de trabalhar na terra, para isso, compravam pequenos lotes rurais e desenvolviam a agricultura familiar. A escola constituía-se num fator importante para esses migrantes, pois atendia seus anseios de conceder aos seus filhos a oportunidade de serem escolarizados. Foi nesse contexto de valorização da escola como elemento necessário para o desenvolvimento local, que a Escola Rural de Dois Irmãos foi criada mediante o “convênio celebrado entre o estado do Paraná e o Governo Municipal de Foz do Iguaçu” (PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU, 1952, p. 01).



## 5 A IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA RURAL DE DOIS IRMÃOS (1953-1959)

A década de 1950, contexto da criação da Escola Rural de Dois Irmãos, aponta para um cenário político-educacional de transição nas várias esferas do país: política, economia e educação. No campo político, Getúlio Vargas (1882-1954) havia sido eleito Presidente da República em 1950, por meio do voto popular. A proposta do Governo Vargas foi pautada pelo avanço econômico, cuja ênfase estava no progresso econômico brasileiro por meio da expansão da indústria, fortalecimento da burguesia nacional e consolidação do capitalismo no país, que, à época, estava em franco processo de modernização. Essa visão de progresso intensificou as ondas migratórias do campo para as cidades, o que resultou num significativo aumento de trabalhadores nas cidades (ARNAUT DE TOLEDO; ANDRADE, 2012).

Desde a década de 1930 o Brasil começou a passar por profundas mudanças em sua estrutura social e econômica. Houve um efetivo avanço na industrialização e no desenvolvimento urbano. As mudanças desse período produziram uma reestruturação no sistema econômico do país, que passou de um modelo colonial primário para uma economia de mercado aberto (FAUSTO, 1995).

O fortalecimento dessas novas forças sociais trouxe mudanças no aparelho estatal, como a criação de partidos políticos que pudessem atender aos interesses de seus grupos; como exemplo pode-se citar a União Democrática Nacional (UDN), fundada em 1945. Esse partido foi organizado em meio aos debates que reivindicavam a redemocratização do país no período final do Estado Novo de Getúlio Vargas (1882-1954), aglutinando setores de oposição ao governo. Com propostas de cunho liberal, o partido representava os setores rurais e a camada burguesa da sociedade. O Partido Social Democrático (PSD) também foi criado em 1945, por iniciativa de Vargas e liderado por Eurico Gaspar Dutra (1883-1974).



Após o suicídio de Vargas, o PSD elegeu Juscelino Kubitschek (1902-1976), Presidente da República com o apoio do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Esse Partido, fundado em 1945, possuía características mais alinhadas à esquerda e defendia a intervenção do Estado na economia e na política social (SAVIANI, 2008).

A partir do momento em que Juscelino Kubitschek assumiu a Presidência da República, em 1956, o país passou a ser direcionado por uma política que priorizava o desenvolvimento. A política econômica de Kubitschek foi delineada por um Plano e/ou Programa de Metas que tinha como lema “cinquenta anos de progresso em cinco de governo”. A aplicação do Plano de Metas resultou na expansão e na consolidação do capitalismo no Brasil (FAUSTO, 1995).

No campo educacional a escola foi elevada há um lugar de destaque no processo de reconstrução da sociedade brasileira. Era defendida a necessidade de uma reorganização do ensino. A Escola Rural de Dois Irmãos foi criada nesse contexto de expansão do ensino primário para todas as localidades do país, com o incentivo governamental para a migração às regiões de fronteira. A instituição iniciou suas atividades um ano após a emancipação política e administrativa de Toledo e foi uma das primeiras escolas do município. Segundo consta da Ata Exames Finais, do primeiro ano funcionamento da escola, as atividades da Escola Rural de Dois Irmãos tiveram início em 14 de março de 1953 (ESCOLA RURAL DE DOIS IRMÃOS, 1953).

O primeiro professor foi Armino José Michels, que trabalhou durante sete anos, de 1953 a 1959, como único docente da instituição. Embora a escola tenha iniciado suas atividades sob a direção do município, eram os pais dos alunos que pagavam os honorários do professor, pois viam a educação escolar como necessária para o futuro de seus filhos e da própria comunidade (ESCOLA RURAL DE DOIS IRMÃOS, 1954).

Consta da Ata de Exames Finais do ano de 1953, que a educação desenvolvida pela instituição era de qualidade, devido, sobretudo, ao empenho do



professor Armindo José Michels, que recebeu elogios da comissão responsável pela aplicação dos Exames. A Comissão destacou que estava “impressionada com a ordem reinante na escola e com o aproveitamento satisfatório dos alunos. [...] deixa consignado na presente Ata, um voto de louvor ao professor Armindo José Michels” (ESCOLA RURAL DE DOIS IRMÃOS, 1953b).

Os primeiros alunos da escola eram os filhos dos trabalhadores rurais recém-chegados ao vilarejo de Dois Irmãos. Em seu primeiro ano de funcionamento, conforme consta da ata de fundação, de 23 de março de 1953, a escola contou com o total de 11 alunos, sendo 05 meninas e 06 meninos, todos moradores da comunidade local (ESCOLA RURAL DE DOIS IRMÃOS, 1953a).

A atividade econômica dos pais dos primeiros alunos da escola era associada ao cultivo da terra, à pecuária e, sobretudo, à policultura. A profissão dos pais dos alunos que frequentaram a escola pode ser assim relacionada: agricultores (pequenos proprietários de terras), pequenos comerciantes (donos de serrarias e mercearias), profissionais liberais (mecânicos, carpinteiros, marceneiros), entre outros. A seguir, apresentamos uma fotografia da primeira turma de alunos da Escola Rural de Dois Irmãos, acompanhados pelo professor Armindo José Michels:

**Figura 1:** Foto da primeira turma da Escola Rural de Dois Irmãos, 1953



**Fonte:** Acervo do Museu Histórico Willy Barth, de Toledo, PR.

Os alunos que compuseram a primeira turma da instituição, conforme consta da documentação disponível nos acervos da instituição, foram: Wilibardo Finkler; Feliciano Finkler; Albino Finkler; Edmundo Hann; Cassiano Thomas;



Flávio Scherer; Inês Scherer; Odilo Scherer; Alaíde Kunkel; Erna Finkler; Ivo Ottmar Haab (ESCOLA RURAL DE DOIS IRMÃOS, 1953b).

Na percepção de Ester Buffa, a análise da composição do corpo discente de uma instituição escolar pode ser um ponto importante para a compreensão de sua relevância social, bem como, de sua proposta educacional. O destino profissional que seus ex-alunos traçaram pode servir de subsídio no processo de apreensão do formato de educação escolar que a instituição desenvolveu (BUFFA, 2007).

Em nossa análise do quadro de ex-alunos da Escola Rural de Dois Irmãos, verificamos que muitos dos alunos que fizeram parte da primeira turma vieram a desenvolver funções sociais de destaque na sociedade de Toledo, ocupando cargos de relevância política e religiosa na região e até mesmo a nível nacional como é o caso do Cardeal Arcebispo da Arquidiocese de São Paulo, Dom Odilo Scherer.

O quadro abaixo foi elaborado com base nos dados dos Livros-ata de Exames Finais da Escola Rural de Dois Irmãos, dos anos de: 1953; 1954; 1955; 1956; 1957; 1958 e 1959. O quadro de alunos da escola pode ser assim descrito:

**Quadro 1** – Turmas da Escola Rural de Dois Irmãos (1953 a 1959)

<b>Ano</b>	<b>Alunos aprovados</b>	<b>Alunos reprovados</b>	<b>Total de alunos</b>
1953	11	00	11
1954	21	00	21
1955	23	11	34
1956	30	09	39
1957	19	05	24
1958	19	06	25
1959	16	09	25

**Fonte:** Acervo da Escola Rural Municipal Princesa Isabel, Toledo, PR

Em 1959, o número de alunos matriculados foi de 25, no ano subsequente, as matrículas aumentaram, o número de alunos foi para 163. O motivo de um aumento tão significativo pode ser explicado pela ampliação do nível de ensino, pois a escola passou a receber maior aporte financeiro da Secretária Municipal de



Educação e começou a ofertar também, outras modalidades de ensino. A partir dessa data, a escola passou a adotar o nome de Escola Rural Municipal Princesa Isabel (ESCOLA RURAL DE DOIS IRMÃOS, 1960).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados revelados pelas fontes aponta que a história da instalação da Escola Rural de Dois Irmãos esteve diretamente relacionada com o processo de migração e escolarização do oeste paranaense e do município de Toledo. Foi uma das primeiras escolas da região, formada um ano após ser criado o município. A instituição foi formada para atender aos filhos dos trabalhadores rurais que residiam naquela localidade e contribuiu para a formação de uma cultura letrada na região.

O estabelecimento de uma instituição educativa foi pensado quatro anos depois da chegada dos primeiros colonos à região. A primeira leva de migrantes chegou à localidade de Dois Irmãos no ano de 1949 e a escola foi construída em 1953, portanto, quatro anos após seu estabelecimento. A maioria desses colonos vinha de regiões onde não tinham acesso à escola, por isso, após sua instalação na localidade para a qual migraram, decidiram por reivindicar e investir na educação escolar porque enxergaram que essa era uma possibilidade de ascensão social. Os migrantes que em suas regiões de origem eram impossibilitados do acesso à escola, ao se estabelecerem no oeste paranaense, viram, nessa nova realidade geográfica e social a possibilidade do acesso à educação escolar e por isso apostaram nela e reafirmaram a ideia que não se pode ter “uma comunidade sem escola”.

Podemos dizer que as atividades da Escola Rural de Dois Irmãos estiveram alinhadas ao projeto de nacionalização da educação que vigorou no Brasil durante as décadas de 1930 a 1950. Essas medidas de nacionalização da educação foram

---



coerentes com o cenário político-econômico e social que imperava no país naquele momento, ajustado ao contexto internacional adequado a este ideário.

Assim sendo, é possível afirmar que essa instituição educativa, mesmo que de maneira não direta, cumpriu o papel de consolidar o discurso do Governo Federal de valorização da educação como meio de ascensão social, expressa no processo de urbanização do país. Suas práticas educativas não destoaram das Políticas Educacionais vigentes naquele e acabaram atendendo as demandas educativas daquela sociedade, servindo ao propósito de formar trabalhadores que contribuíram com o avanço do capitalismo numa região de colonização recente.

## REFERÊNCIAS

BACELLAR, C. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (ORG.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, p. 23-79, 2010.

BITTAR, M.; FERREIRA JUNIOR, A. História, epistemologia marxista e pesquisa educacional brasileira. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 30, n. 107, p. 489-511, 2008.

BUFFA, E. Os estudos Sobre Instituições Escolares: organização do espaço e propostas pedagógicas. In: NASCIMENTO, M. I. M.; SANDANO, W.; LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (ORG.). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 151-164.

CARDOSO, C. F. História e Paradigmas Rivais. In: **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 1-23.

DAMASCENO, M. N.; BESERRA, B. Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 73-89, jan./abr. 2004. Disponível em:

<file:///C:/Users/RODRIGO/Desktop/Educa%C3%A7%C3%A3o%20Rural.pdf>.

Acesso em: 6 abr. 2015.

EMER, I. O. **Desenvolvimento histórico do oeste do Paraná e a construção da escola**. 1991. 340f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1991.

---



- EMER, I. O. **Aspectos históricos da educação regional**. Cascavel: Mimeo, 2004.
- FAUSTO, B. **História do Brasil**. 2 ed. Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação. São Paulo, 1995.
- GREGORY, V. **Os Eurobrasileiros e o Espaço Colonial**: migrações no oeste paranaense. Cascavel: EDUNIOESTE, 2005.
- GRONDIN, M. **Alvorecer de Toledo, na colonização do Oeste do Paraná-1946 - 49**. Marechal Cândido Rondon: Editora Germânica, 2007.
- LEITE, S. C. **Escola rural**: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.
- LOMBARDI, J. C. **Educação e ensino na obra de Marx e Engels**. Campinas: Editora Alínea, 2011.
- MIGUEL, M. E. B. A história, a memória e as instituições escolares: uma relação necessária. **Cadernos de História da Educação**. v. 11, n. 1 - jan./jun. p. 243-256, 2012
- MIGUEL, M. E. B. Os Arquivos e Fontes como Conhecimento da História das Instituições Escolares. *In*: NASCIMENTO, M. I. M.; SANDANO, W.; LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (ORG.). **Instituições Escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 31-38.
- NOSELLA, P.; BUFFA, E. As pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de investigação. *In*: ARAUJO, R. M. de L.; RODRIGUES, D. (ORG.). **Trabalho, educação e políticas educacionais**. São Paulo: Alínea, 2012. p.131- 146.
- NOSELLA, P.; BUFFA, E. **Instituições escolares**: por que e como pesquisar. Campinas: Alínea, 2009.
- NIEDERAUER, O. H. **Toledo no Paraná**: a história de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização, seu progresso. 2 ed. Toledo: Telegraf, 2004.
- NUNES, C., CAVALHO, M. M. C. de. Historiografia da educação e fontes. *In*: GONDRA, J. G. (ORG.). **Pesquisa em história da educação no Brasil**. Rio de Janeiro, DP&A, 2005.
- 



PADIS, P. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná.** São Paulo: Hucitec, 1981.

PRADO, A. A. **Ruralismo pedagógico no Brasil do Estado Novo.** Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n. 4, p. 5-27, 1995.

SANFELICE, J. L. História das Instituições Escolares. *In:* NASCIMENTO, M. I. M. *et al.*; (ORG.). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica.** Campinas: Autores Associados, 2007. p. 75-93.

SAVIANI, D. Instituições de memória e organização de acervos para a história das instituições escolares. *In:* SILVA, J. C. da; ORSO, J. P.; CASTANHA, A. P.; MAGALHÃES, L. D. R. (ORG.). **História da educação: arquivos, instituições escolares e memória histórica.** Campinas: Alínea, 2013. p.13-31.

SAVIANI, D. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil.** 2. Ed. rev. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D. Instituições Escolares no Brasil Conceito e Reconstrução Histórica. *In:* NASCIMENTO, M. I. M.; SANDANO, W.; LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (ORG.). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica.** Campinas: Autores Associados, 2007. p. 03-27.

TOLEDO, C. de A. A. de; ANDRADE, R. P. de. História da implantação da Escola de Porto Britânia no contexto da colonização do oeste paranaense (1938-1958). **EccoS**, São Paulo, n. 29, p. 199-217. set./dez. 2012.

WACHOWICZ, R. **Obrageros, mensus e colonos: história do oeste paranaense.** Curitiba: Vicentina, 1982.

WACHOWICZ, R. **História do Paraná.** Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

WESTPHALEN, C. M.; MACHADO, B. P.; BALHANA, A. P. **Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno.** Boletim da Universidade Federal do Paraná. n.º 7. Curitiba: Departamento de História, 1968.



## Fontes documentais

ESCOLA RUAL DE DOIS IRMÃOS. **Livro-ata:** fundação Escola Rural de Dois Irmãos. Toledo: [Arquivo da Escola Rural Municipal Princesa Isabel] 1953a. 01 fl.

ESCOLA RUAL DE DOIS IRMÃOS. **Livro-ata:** exames finais do ano letivo de 1953 da Escola Rural de Dois Irmãos. Toledo: [Arquivo da Escola Rural Municipal Princesa Isabel] 1953b. 01 fl.

ESCOLA RUAL DE DOIS IRMÃOS. **Livro-ata:** exames finais do ano letivo de 1954 da Escola Rural de Dois Irmãos. Toledo: [Arquivo da Escola Rural Municipal Princesa Isabel] 1954. 01 fl.

ESCOLA RUAL DE DOIS IRMÃOS. **Livro-ata:** exames finais do ano letivo de 1955 da Escola Rural de Dois Irmãos. Toledo: [Arquivo da Escola Rural Municipal Princesa Isabel] 1955. 01 fl.

ESCOLA RUAL DE DOIS IRMÃOS. **Livro-ata:** exames finais do ano letivo de 1956 da Escola Rural de Dois Irmãos. Toledo: [Arquivo da Escola Rural Municipal Princesa Isabel] 1956. 01 fl.

ESCOLA RUAL DE DOIS IRMÃOS. **Livro-ata:** exames finais do ano letivo de 1957 da Escola Rural de Dois Irmãos. Toledo: [Arquivo da Escola Rural Municipal Princesa Isabel] 1957. 02 fl.

ESCOLA RUAL DE DOIS IRMÃOS. **Livro-ata:** exames finais do ano letivo de 1958 da Escola Rural de Dois Irmãos. Toledo: [Arquivo da Escola Rural Municipal Princesa Isabel] 1958. 02 fl.

ESCOLA RURAL MUNICIPAL PRINCESA ISABEL. **Livro-ata:** exames finais do ano letivo de 1960 da Escola Rural Municipal Princesa Isabel. Toledo: [Arquivo da Escola Rural Municipal Princesa Isabel] 1960. 03 fl.

FOZ DO IGUAÇU. **Lei Municipal n.º 024, de 07 mar. 1917.** Cria duas escolas municipais do sexo masculino.

TOLEDO. **Decreto n.º 434, de 08 de novembro de 2010.** Diário Oficial [do] Município de Toledo. Toledo, 08 de novembro de 2010.



TOLEDO. Secretaria Municipal de Educação. **Portaria nº 53/2011 de 20 de junho de 2011**. Toledo: SMED, 2011. 02 f.

TOLEDO. Secretaria Municipal de Educação. **Relatório da Secretaria Municipal de Educação sobre a construção do prédio próprio da Escola Rural de Dois Irmãos**. Toledo: SMED, 1957. 03 f.

Recebido em: 06-01-2020

Aceito em: 05-09-2022

